

Estudos Organizacionais – ESORG

**UMA REVISÃO SOBRE O CONCEITO REGIÃO INSPIRADO EM RUY MAURO
MARINI E DAVID HARVEY**

Resumo

Esse ensaio teórico tem por objetivo identificar pontos de articulação entre as ideias de dois autores – Ruy Mauro Marini e David Harvey – que convergem sobre formas de expansão do mercado capitalista em escala global. Harvey (2004) busca entendimento sobre o processo de expansão dos países industrializados em relação aos diversos espaços geográficos, enquanto Marini (1991) analisou as consequências desse processo de expansão para as regiões periféricas que se incorporaram ao sistema. Ao final, conclui-se que para compreender um determinado espaço geográfico é necessário analisar suas contradições e as relações dinâmicas provocadas por fatores nas variadas escalas que resultam destes processos.

Palavras-Chave: Espaço, David Harvey, Ruy Mauro Marini.

A review of the region concept inspired by Ruy Mauro Marini and David Harvey**Abstract**

This paper aims to detach points of articulation between the ideas of two authors - Ruy Mauro Marini and David Harvey - that converge in the perception about the ways of capitalist market expands at global scale. Harvey (2004) examined the expansion process of the industrialized countries in relation to different geographic spaces, while Marini (1991) analyzed the consequences of this expansion process for the peripheral regions that were incorporated into the system. At the end, it is concluded that to understand a given geographic space it is necessary to analyze its contradictions and the dynamic relationships caused by factors that result from these processes.

Key Words: Space, David Harvey, Ruy Mauro Marini.

Introdução

Nos referenciais que predominam em relação ao desenvolvimento, por um lado, as diversas regiões necessitam dar respostas às demandas econômicas e sociais que emanam de uma determinada estrutura definida em termos globais; por outro, os discursos oficiais e midiáticos sobre os problemas enfrentados apresentam uma perspectiva que distorce a realidade ao apontar como principal origem dos problemas a falta de investimentos externos e tomar como parâmetro para o desenvolvimento da região o crescimento econômico. Como consequência, as reais dinâmicas socioeconômicas da região não aparecem, ou aparecem em segundo plano. Esta realidade impõe a necessidade de se buscar referenciais teóricos que permitam uma análise dinâmica das contradições encontradas (BARQUERO, 2001; HIRSCHMAN, 1961; SANTOS, 1994; AMIN, 2006; HARVEY, 2004).

Antes de entrarmos no tema, no entanto, é necessário apresentar os motivos que nos levam a tal. O texto que segue, caracterizado com ensaio teórico, foi resultado de questionamentos que surgiram a partir do momento em que constatamos que os referenciais predominantes neste campo privilegiam uma lógica que a décadas reproduz uma situação de dependência econômica, política e social (FRANK, 1966; SANTOS, 1978; MARINI, 1991), o desafio que temos nos colocado é da construção de referenciais para iluminar práticas que visam superar esta situação¹.

Ao buscar explicações para a dinâmica existente em determinada região estudada, percebemos o predomínio de práticas que enfatizam a necessidade de impulsos e investimentos para se desenvolver. Informados pelos trabalhos que vínhamos realizando no âmbito dos estudos organizacionais e, mais especificamente, críticos do desenvolvimento, esta premissa nos despertou uma desconfiança e, ao mesmo tempo, nos reforçou a necessidade de buscar referenciais que dessem suporte à construção teórica necessária para a crítica ao desenvolvimento.

Razão pela qual, esse texto tem por objetivo articular ideias de dois autores – Ruy Mauro Marini e David Harvey – que convergem em relação à percepção sobre as formas de articulação do mercado em escala global, e apresentam leituras que entendemos possam se complementar e auxiliar na compreensão de que as dinâmicas sociais e econômicas de uma região são resultado de processos conflituosos e contraditórios. Estes processos incluem aspectos como os imperativos da acumulação capitalista em escala global, a reorganização do espaço, as especificidades culturais e sociais, as regras de Estado e o ambiente natural da região. A escolha por esses dois autores se justifica pela forma como estão posicionados em relação ao mercado capitalista global. O primeiro viveu e teve por objeto de análise os países subdesenvolvidos e que ocupam uma posição de dependência em relação aos centros de desenvolvimento; o segundo nasceu e faz sua construção teórico-prática com base na experiência dos países desenvolvidos (MARINI, 1991; HARVEY, 2006).

Iniciaremos explicitando o conceito de desenvolvimento utilizado neste texto. Para, a seguir, destacar o imperialismo como elemento articulador de algumas das ideias construídas por Marini e Harvey, no que tange a leituras que buscam entender a construção de espaços particulares, porém articulados por uma divisão internacional

¹ As teorias que explicam as desigualdades geradas pelo desenvolvimento capitalista são muitas. Desde Marx, passando pelos teóricos do imperialismo, Lukács, pelas formulações estruturalistas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e pela Teoria Marxista da Dependência, existem importantes formulações. Estas formulações, no entanto, privilegiam processos macroeconômicos e não valorizam e explicam as lutas sociais que confrontam políticas desenvolvimentistas no cotidiano.

do trabalho que possibilite a reprodução do capital em escala gradativamente ampliada.

Por uma outra forma de entender a região

Diferentemente da lógica econômica, na qual o desenvolvimento é entendido como o resultado da evolução do sistema capitalista com vista a um caminho melhor, ou mesmo à delimitação de um caminho único (ROSTOW, 1961; FUKUYAMA, 1992); neste texto ele é definido pela complexificação dinâmica resultante dos conflitos que emergem em um contexto definido em termos histórico-sociais (LUKÁCS, 2007; MEDEIROS, 2007; BONENTE, 2011).

Na interpretação dada pelo filósofo húngaro Gyorgy Lukács (2007) para a obra de Marx, o desenvolvimento é caracterizado como a complexificação da dinâmica organizativa que emana da economia (entendida como a esfera de produção e reprodução da vida humana), regida pela lógica capitalista, e que busca o comando de momentos mais amplos da convivência social. Com base neste entendimento, pode-se afirmar que “[...] uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos” (MEDEIROS, 2007, p. 45). Neste sentido, o desenvolvimento da sociedade é marcado por tendências básicas: recuo das barreiras naturais, aumento das forças produtivas do trabalho e a conformação do gênero humano (LUKÁCS, 2007).

Esta leitura não nega a importância dos aspectos econômicos. Pelo contrário, a economia é entendida como esfera de produção e reprodução da vida humana. O que ocorre é que aqui o desenvolvimento aponta para o entendimento das dinâmicas organizativas e sua complexificação, e não para a construção de indicadores qualificados *a priori* como benéficos ao crescimento econômico. Cabe destacar que, para Bonente (2011), esta forma de pensar o desenvolvimento, assim como outros conceitos da tradição do pensamento marxista, tem sido subvalorizada em diversos campos do conhecimento, principalmente na teoria econômica.

Sob premissas semelhantes, para Santos (2007, p. 2) o objeto de estudo da economia, na teoria marxista, se relacionaria com a análise da teoria do valor de forma articulada com o processo de trabalho em um sistema social dado, ou seja, “[...] às classes sociais, às formações sociais e, de maneira mais geral, a certos modos de produção que articulam as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas”. A especificidade de uma dessas esferas somente existe como resultado de um momento assumido pelo todo em um contexto histórico singular.

Santos (2007), ao direcionar seus esforços para uma análise de base marxista, afirmou ser necessária uma revisão em relação às categorias definidas por Marx, assim como incorporação de novas categorias, entre elas as corporações internacionais e até globais, intervenção do Estado no funcionamento da economia, e de comércio internacional. Para o autor é, principalmente, por influência do comércio internacional que o referencial marxista deve ser revisado; já que o próprio Marx, apesar de ter se proposto a escrever um volume sobre essa última temática, não teria tido tempo. Salientou, ainda, que o foco no comércio internacional provoca uma revisão de vários conceitos anteriormente elaborados por Marx.

Com base nos argumentos acima ganha relevância o conceito de imperialismo, que segundo Lenine (1916, s/p) possui cinco traços fundamentais:

1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Para Harvey (2006), ainda que a acumulação capitalista em nível global configure um desenvolvimento geográfico desigual, a palavra chave não é desenvolvimento, mas espaço. Neste aspecto cabe salientar que para Harvey (2006, p. 107)

Existe uma contradição central do capitalismo entre as lógicas territorial e do poder. Esta contradição é internalizada pela acumulação de capital, dada a tensão entre regionalidade e formação de aliança de classe. Pela lógica territorial, me refiro a estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por uma entidade territorialmente definida como um Estado, uma vez que luta para defender os seus interesses e acumular poder em seu próprio proveito. A lógica capitalista concentra-se nas formas em que o poder econômico atravessa o espaço contínuo, em direção ou para longe de entidades territoriais (como estados ou blocos de poder regionais) através das práticas diárias de produção, comércio, dos fluxos de capitais, das transferências de dinheiro, da migração de mão de obra, da transferência de tecnologia, da especulação monetária, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e afins.

A principal contribuição de Harvey para o pensamento marxista é a de adicionar a dimensão geográfica ao materialismo histórico. Sem desconsiderar o trabalho dos que o antecederam, principalmente de Lefebvre (2008), o autor qualifica seu método como materialismo histórico geográfico. Esta contribuição se dá pela incorporação da categoria 'espaço' à análise materialista.

A dimensão histórica do materialismo mostra que a análise das dinâmicas sociais são análises temporais, estão em relação a um tempo pretérito cujos desdobramentos constroem o presente. Para a compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, então, é necessário compreender os desdobramentos passados. Por isto, o entendimento de Harvey se vale do argumento econômico de Marx para explicar a impossibilidade da absorção de excedente e da necessidade de expansão do sistema.

Marx (2006) percebeu, em suas análises sobre a produção industrial ainda no século XIX, que o aumento da produtividade do trabalho tende a fazer diminuir a taxa de lucros, lei que denominou 'queda tendencial da taxa de lucros'. As soluções para esse problema do ponto de vista do capitalista foram encontradas, na época, na exploração de colônias. Tornando mais baratos alguns componentes do capital (matéria-prima, subsistência do trabalhador etc.), o comércio com as colônias permitiu aumentar a taxa de lucros ao aumentar a taxa de mais-valia – pelo barateamento dos níveis de salário – e diminuir o valor do capital constante – pelo barateamento da matéria-prima e dos níveis de salário.

Este argumento que fundamentou a formulação sobre o imperialismo e que explicou pela linguagem econômica as conquistas territoriais das potências europeias no início do século XX, ao entender que o excedente de capital produzido na Europa deveria encontrar aplicação em outros lugares para evitar a queda tendencial da taxa

de lucros e a crise², possibilita a interlocução entre Harvey (2006) e Marini (1991) ao encontrar eco na leitura do último autor que, ao analisar esse mesmo processo³ sob a ótica dos países latino-americanos exportadores de matéria-prima e de produtos agrícolas, afirmou que o desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina provocou a experiência de uma realidade que não poderia ser assemelhada a etapas anteriores do processo vivenciado pelos países definidos como desenvolvidos, dadas as condições conjunturais, seja em escala nacional ou internacional. O processo desenvolvimentista vivido na América Latina foi, para Marini (1978), resultado da aplicação de determinados conhecimentos, de uma forma particular definida pelas condições de sua gestação e adequação a esse espaço singular.

O autor argumentou que a América Latina se desenvolveu em estreita articulação com a dinâmica do capital internacional. A dita descoberta da América fez parte de um processo de conquista de territórios geográficos que eram fonte de recursos naturais a serem explorados de forma mercantil (MARINI, 1991). A América Latina foi, portanto, fonte de insumos facilitadores das expansões comercial e bancária, assim como da criação das manufaturas e das grandes indústrias nos países desenvolvidos.

Sob as bases deste processo se configurou a estrutura que definiria a divisão internacional do trabalho e que condicionaria o desenvolvimento posterior da região, ou seja, foi a partir desse processo que a dependência dos países Latino-Americanos se caracterizou

[...] como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, nas quais as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência não pode ser outro, senão mais dependência, e sua eliminação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ali têm origem. (MARINI, 1991, s/p.)

Lógica que é considerada por Harvey (2006) ao entender que as dinâmicas de qualquer região do globo estão imersas em processos contínuos e contraditórios de criação, destruição e recriação de espaços. Os espaços são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos por uma dinâmica que resulta do conjunto de relações de forças produtivas e sociais (HARVEY, 2005). O espaço é relacional, é o resultado da atividade capitalista que está sempre enraizada em algum lugar, em suas inter-relações com as características diversas do lugar: cultura, história, ambiente etc.

Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e sociais) precisam ser apropriados, usados e reformados aos propósitos e na direção da acumulação de capital. Para isto, os próprios processos de acumulação de capital precisam se adaptar e, de certa forma, serem transformados pelas condições materiais que encontram. (HARVEY, 2006 p. 78).

² No que tange às estratégias capitalistas com vista à redução da queda tendencial da taxa de lucro, foi Rosa Luxemburgo (1951, p. 363) – vivendo em um período no qual o capital buscava expansão territorial que incluiu guerras e partilhas de territórios em processos contraditórios, que permanece até o momento atual – que percebeu que o capital “deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”. Assim, o olhar histórico que a abordagem materialista emprega permite compreender as relações econômicas e sociais a partir das formas pelas quais espaços foram sendo incorporados ao sistema. Isto permitiu solucionar o problema do excedente.

³ O próprio Marini (2012, p. 47) afirmou que “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem”.

Desta dinâmica surge uma coerência estruturada relacionada com a produção e consumo, que é composta, entre outros, pelos seguintes fatores: a) as formas e as tecnologias de produção: padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas; b) as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo: padrão e estilo de vida tanto dos trabalhadores como dos capitalistas; c) os padrões de demanda e oferta de mão de obra: hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos; e d) as infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2005).

Sob premissas similares, segundo Marini (1991), foi somente com o surgimento da grande empresa que a divisão internacional do trabalho se estabeleceu sob bases sólidas. Por consequência, o próprio processo de industrialização teria enfrentado vários obstáculos adicionais para sua expansão caso não tivesse contado com as nações latino-americanas como fornecedoras de alimentos e matéria-prima aos países que se industrializavam.

A América Latina gradativamente ocupou um papel que transcendia a mera resposta aos requerimentos em termos de suprimentos físicos; ela facilitava a eficientização do processo de acumulação, através do aumento da capacidade produtiva do trabalho. Em contrapartida, essa modificação produtiva que auxiliou o processo de acumulação dos países industriais, deu-se, primordialmente, sob as bases de uma maior exploração da mão de obra. “É esse caráter contraditório da dependência Latino-Americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista [...]” (MARINI, 1991, s/p.).

Nesse sentido, a

[...] inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências dos países industriais, em acordo com a produção de mais-valia. Essa é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho (MARINI, 1991, s/p).

É necessário destacar que, para Marini (1991), o acréscimo na taxa de mais valia era definido pela relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário, ou seja, seria o aumento do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário que forneceria as condições para o incremento da taxa de mais-valia. Nas palavras de Marini (1991, s/p): a “[...] mais-valia relativa está ligada, indissolúvelmente, com a desvalorização dos bens-salário, para o que contribui em geral, mas não necessariamente, a produção do trabalho”.

Isso ocorre em razão de que o aumento da produção via conhecimento, habilidade e/ou tecnologia, ampliaria a margem de lucro até o ponto em que tais diferenciais se pulverizassem entre os concorrentes de forma a provocar a redução dos preços unitários, o que remeteria/retornaria a possibilidade de manutenção ou incremento das taxas de lucro para o aumento da exploração do trabalho (MARINI, 1978 e 1991).

Esse processo, para Marini (1978 e 1991), foi reforçado pela oferta mundial de alimentos que a América Latina ajudou a criar e que possibilitou que os países metropolitanos delegassem a outros o papel de fornecedores de suprimentos para a subsistência de suas populações, sob premissas salientadas por Prebisch (1949; 1952) e Singer (1952), provocando a perda do valor relativo dos produtos agrícolas. Em consequência da desvalorização relativa dos suprimentos básicos foi possível a redução do “[...] valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o crescimento da produtividade se traduza em taxas de mais-valia progressivamente crescentes” (MARINI, 1978, s/p). Nesse sentido, os “[...] baixos

salários que a CEPAL⁴ observava na América Latina e destacava como um problema teórico do desenvolvimento não eram fruto da falta de industrialização, mas de como a dependência tecnológica atuava para produzi-los” (MARTINS, 2006, p. 180).

Entretanto, Marini (1978; 1991) defendia que não haviam sido os abusos econômicos das nações desenvolvidas que enfraqueceram as nações subdesenvolvidas. Ao contrário, foi a debilidade econômica dos países dependentes que possibilitou sua exploração por parte dos centros industriais. A disseminação das práticas desenvolvimentistas provocou o aumento da dependência de forma proporcional ao crescimento das potências europeias e, posteriormente, norte-americana, de maneira a tornar supérfluas as intervenções com base na violência militar ou política; e priorizar o aprofundamento das relações econômicas que manteriam o *status* vigente: “[...] o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que entram em cena mecanismos econômicos que consagram essa subordinação” (MARINI, 1991, s/p.).

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, através da criação de uma estrutura econômica – sobreposta às esferas política, social e cultural – que concentra o controle produtivo nos países industrializados. O suporte, nos países dependentes, dessa relação com os centros industriais está no esforço dos países Latino-Americanos que, ao invés de buscarem a redução do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias, tendiam a compensar a perda dos ingressos de exportação através da superexploração do trabalho (MARINI, 1991).

[...] o problema que apresenta o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente de dar suporte à transferência de valor implícita, mas, principalmente, compensar a perda de mais-valia, que, incapaz de impedir em nível de relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, assim, como um aumento de mais-valia alcançado através de uma maior exploração do trabalhador e de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prorrogação da jornada de trabalho, quer dizer, do aumento da mais-valia em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é o que o trabalhador segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Há que considerar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do trabalhador além de seu limite normal, pelo qual o fundo de consumo do trabalhador se converte de fato, dentro de certos limites, num fundo de acumulação de capital, implicando, assim, um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 1991, s/p.)

Marini (1991) destacou que os três mecanismos considerados acima têm em comum uma característica essencial: a negação ao trabalhador das condições necessárias à reposição da força de trabalho, seja pelo dispêndio de energia superior ao que deveria – o que provoca um esgotamento prematuro –, seja pela impossibilidade de consumir aquilo que seria necessário à conservação de sua força em estado normal. Para o autor, estas práticas de acumulação, fundadas na

⁴ Em contraponto à teoria das vantagens comparativas, Prebisch (1949) promoveu a construção das categorias centro e periferia como recurso, por um lado, para compreender a estrutura econômica e institucional dos países da América Latina como resultado de processos históricos; por outro, em busca de caminhos próprios através da internalização dos centros de decisão e da conquista de condições mais equitativas entre as nações Latino-Americanas e as centrais. Em consequência, defendeu o processo de industrialização por substituição de importações sob o pressuposto de que a produção interna de produtos, até então, importados contribuiria para o equilíbrio da balança comercial; assim como a industrialização absorveria a mão-de-obra excedente através do aumento da produção, da renda *per capita* e da demanda interna.

superexploração do trabalho, constituíam a essência da dependência Latino-Americana. Nesse mesmo sentido, Marini (1991) salientou que, para atender as exigências de circulação dos países desenvolvidos, com base no mercado mundial, a produção Latino-Americana operava sob o ponto de vista de uma economia dependente, ao separar dois momentos complementares do ciclo de capital – produção e consumo –, razão pela qual o potencial do mercado interno não influenciava decisivamente a forma como se organizava o sistema mundial de mercado.

Já, em relação ao Estado, para Harvey (2005), ocorre um entrelaçamento que “se cristaliza segundo sua própria lógica a partir de processos moleculares de acumulação do capital” que se expressa como coerência estruturada com base nas regras do próprio Estado.

Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial torna-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem-estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital etc. se aplicam a todo território. (HARVEY, 2005, p. 146)

Ou seja, para Harvey (2004, p.92), o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Ele pode, inclusive, “usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infra estruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos”.

O autor então pensa a produção capitalista do espaço assumindo formas diversas em função de peculiaridades preexistentes.

A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2004, p. 99).

Os processos descritos acima explicam, do ponto de vista de Harvey e da tradição do materialismo histórico, como se formam distintas regiões e a relação deste fenômeno com a sobrevivência do sistema capitalista. Por ser intrinsecamente contraditório, o sistema sobrevive em processos incessantes de produção e destruição. Este movimento, apesar de acarretar graves consequências sociais – como são as consequências das crises capitalistas –, abre a possibilidade da formação de novas configurações regionais.

Há uma tensão sempre presente não apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas entre a institucionalidade do sistema capitalista (com seus arranjos e valores) e a cultura, a produção, as ideologias e as formas de vida preexistentes ou que venham a resultar destes processos. Esta tensão não tem resultados predefinidos, está em aberto. As distintas regiões terão o destino a que suas tensões e contradições as conduzirem, com diferentes consequências para a totalidade do sistema. É esta abertura que confere ao pensamento dialético de Harvey um caráter dinâmico, e que lhe permite compreender de forma mais lúcida as crises e as transformações do mundo capitalista atualmente.

Assim, compreender o espaço de forma relacional permite enxergar a configuração de uma região específica como um momento e uma espacialidade fixos – pois é o congelamento das circunstâncias que a cria como condição para a criação e a apropriação do valor – e transitórios – pois a fluidez das trocas e as relações no espaço solapam qualquer possibilidade de adquirir estabilidade.

Já Marini (1977) caracterizou o subimperialismo como a forma que assumem as economias dependentes, com base em dois componentes básicos:

[...] por um lado, uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais; por outro, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista senão que se mantêm sob o marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 1977, p. 17).

Marini (1977) afirmou que o subimperialismo não é resultado exclusivo de uma lógica econômica, mas da luta de classes e do projeto político em escala nacional que são condicionados pela conjuntura política e econômica mundial. Enquanto os condicionamentos políticos se objetivam em estratégias imperialistas com vista à integração hierarquizada no sistema predominante; os condicionamentos econômicos se relacionam com a expansão do capitalismo mundial.

Nesse contexto, o

[...] problema de fundo é outro: precisamente por assumir conscientemente a decisão de submeter-se à tendência integradora imposta pelos centros imperialistas, a burguesia dos países dependentes necessita concentrar e organizar suas forças para fazê-lo com proveito. Suas desvantagens frente à burguesia imperialista são demasiado grandes para que ela queira ir diretamente à negociação, por isso opta pelo reforço do Estado nacional como instrumento de intermediação. Isso, somado ao aumento do processo de concentração e centralização de capital que se verifica nas economias dependentes [...] conduz à reprodução do fenômeno de 'aglomeração' de capital com o Estado nacional [...], envolvendo tanto o capital nacional como o externo (MARINI, 1977, p. 21).

Esse processo, ao preservar uma situação de relativa autonomia do Estado em relação aos diversos grupos capitalistas promove uma política subimperialista que confere um grau de racionalidade (ao posicionar o Estado como protagonista da organização e arbitragem da vida econômica) capaz de conferir certa estabilidade para a implantação dos projetos capitalistas. A partir dessas premissas, o subimperialismo “[...] além de ser uma categoria analítica “[...] é um fenômeno histórico e, assim, seu estudo exige o exame cuidadoso de seu processo de desenvolvimento” (MARINI, 1977, p. 21).

Cabe destacar que em ambas as leituras relacionadas ao Estado, seja como fomentador de uma forma específica de coerência estruturada (Harvey, 2005), seja de uma lógica subimperialista (MARINI, 1977), está pressuposta a incorporação de valores erigidos no contexto macro que definem possibilidades de ação nas diversas regiões que incorporam tais valores e que, por consequência, condicionam a evolução do sistema capitalista em escala global.

Assim, se para Harvey (2004) os países sede do processo de industrialização se direcionaram para o processo de conquista de novos territórios como forma de preservar a dinâmica capitalista, Marini (1991) argumentou que os países Latino-Americanos, ao se desenvolverem em estreita articulação com a dinâmica global deram origem ao processo de dependência, que resultou de papéis complementares em termos de divisão internacional do trabalho e da facilitação do processo de eficientização da acumulação através da superexploração do trabalho nos países dependentes. Ou seja, a dialética da dependência se caracteriza pela modificação da estrutura produtiva dos países desenvolvidos sob as bases de uma exploração progressivamente maior da mão de obra dos países dependentes. Relação da qual resultam, também, práticas subimperialistas, ou seja, de disseminação das relações de exploração pressupostas à lógica capitalista, a partir da situação de dependência

experimentada nos países subdesenvolvidos e sob os condicionantes políticos e econômicos estabelecidos nos núcleos decisórios em termos mundiais.

Considerações Finais

O texto que ora se conclui teve por objetivo pensar pontos de articulação entre os referenciais de Ruy Mauro Marini e David Harvey, autores que apesar de elaborarem suas proposições teórico-práticas em contextos distintos apresentam similaridades em relação às bases teóricas nas quais encontram suporte para suas construções; assim como apresentam complementariedade em aspectos como a centralidade do processo de acumulação capitalista e o imperialismo como forma de expansão do sistema.

Complementariedade que é identificada a partir do foco sob o qual se examina a dinâmica capitalista. Enquanto David Harvey busca entendimento sobre o processo de expansão dos países que primeiro se industrializaram com as contradições que lhes são intrínsecas, Ruy Mauro Marini analisou as consequências desse processo de expansão para as regiões que se incorporaram ao macro sistema na posição de países dependentes.

A noção de espaço trabalhada por Harvey oferece novas possibilidades de entendimento e articulação com o processo denominado por Marini (1991) de dialética da dependência, assim como este último possibilita ao primeiro entendimento prático sobre as formas como se efetivam as contradições do sistema global em escala micro, mais especificamente, nos países dependentes.

Em relação ao Estado, como já foi salientado anteriormente, há um entendimento de que este ocupa uma posição de normatização facilitadora de valores e, em muitos casos, executor de práticas erigidas no contexto macro que definem possibilidades de ação nas regiões que incorporam tais valores.

Neste sentido, a abordagem defendida neste artigo tem implicações políticas importantes. Olhar para uma região para compreender suas contradições e as dinâmicas que resultam destes processos implica, necessariamente, em reconhecer que o sistema capitalista gera desigualdades, pobreza e degradação. Por outro lado, o reconhecimento de que os espaços são relacionais, estão em constante movimento e de que as contradições criam e são criadas por conflitos e tensões sociais é um passo importante para a análise sobre as lutas cotidianas de transformação do espaço em níveis socioeconômico e político-geográfico.

Nesta abordagem, acreditamos estar pressuposto que a percepção das dinâmicas organizativas de uma região deve valorizar os processos e práticas com base na razão estratégico-crítica (DUSSEL, 2002) que se direcionem para o pleno desenvolvimento da vida de todos. Isto marca uma diferença ontológica importante com relação aos referenciais que predominam sobre a temática regional, uma vez que são reconhecidas e valorizadas as lutas cotidianas que configuram as diferentes regiões.

Por último, é necessário frisar que se busca através do texto um olhar perspectivo e posicionado politicamente. Neste aspecto, as conclusões que dele se extraem almejam ser uma alternativa de leitura que ponha em evidência e em discussão a construção econômica predominante.

Referencial

- Amin, S. **Os desafios da mundialização**. São Paulo: Ideias & letras, 2006.
- Barquero, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.
- Bonente, B. A. I. M. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. 2011. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Dussel, E. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- Frank, A. G. (1966). The development of underdevelopment. **Monthly Review**, 18, 1966. Disponível em: <http://findarticles.com>. Acesso em 24 mar. 2022.
- Fukuyama, F. **O fim da história e o último Homem**. São Paulo: Rocco, 1992.
- Harvey, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- Harvey, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- Harvey, D. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London: Verso, 2006.
- Hirschman, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- Lenine, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**, 1916. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo>. Acesso em 20 mar. 2022.
- Lefebvre, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- Lukács, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Coutinho, C. N.; Netto, J. P. (Org.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia: György Lukács**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- Luxemburgo, R. **The accumulation of capital**. London: Routledge and Kegan Paul, 1951. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>. Acesso em 20 fev. 2022.
- Marini, R. M. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, 12, 1977. Disponível em: <http://www.marini.unam.mx>. Acesso em 19 mar. 2022.
- Marini, R. M. Las Razones del Neodesarrollismo – Respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra, **Revista Mexicana de Sociología**, Número Especial, 1978. Disponível em: <http://www.marini.unam.mx>. Acesso em 15 fev. 2022.
- Marini, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1991.
- Marini, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.
- Martins, C. E. O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial. In: Beigel, Fernanda *et al.* **Crítica y teoría en el pensamiento social Latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 153-216.
- Marx, K. **O Capital: crítica da economia política**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Misoczky, M. C. A. (2011). World visions in dispute in contemporary Latin America. **Organization**, Londres, v. 18, 345-363.

Prebisch, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais, 1949. In: Bielschowsky, R. (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 59-136

Prebisch, R. Problemas teóricos e Práticos do Crescimento Econômico, 1952. In: Bielschowsky, R. (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. São Paulo: Record, 2000. p. 179-216.

Rostow, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

Santos, T. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

Santos, T. **Economia mundial – integração & desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Santos, T. **Economia política marxista: um balanço**. Disponível em <http://www.reggen.org.br>. Acesso em 17 fev. 2022.

Singer, H. W. O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico, 1952. In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. p. 387-405.